

## O ÊXODO DA VENEZUELA E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

### Autor(res)

Karla Regina Malaquias De Souza  
Matheus Santana Chiodi  
Cintia Batista Pereira  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A Venezuela enfrenta, desde 2014, uma das mais severas crises humanitárias da América Latina, marcada por colapso político, repressão estatal e deterioração econômica. A escassez de alimentos, medicamentos e a perda de garantias democráticas impulsionaram o êxodo de milhões de cidadãos para países vizinhos, configurando um deslocamento forçado nas américas. Enquanto os venezuelanos deixam seu país em busca de sobrevivência e de um novo recomeço para suas famílias, as nações latino-americanas têm se organizado para acolher e proteger esses refugiados. Este trabalho busca analisar o fenômeno do êxodo venezuelano à luz do Direito Internacional, destacando as violações aos direitos humanos e os desafios enfrentados pelos Estados receptores diante da proteção jurídica dos migrantes e refugiados.

### Objetivo

Investigar o êxodo venezuelano como consequência da crise política e humanitária, analisando como o Direito Internacional responde à violação dos direitos humanos e à proteção dos refugiados, bem como compreender de que forma a comunidade internacional, especialmente os países sul-americanos, desenvolveram programas e ações imediatas para amenizar os impactos da migração em massa em seus territórios.

### Material e Métodos

O estudo adota abordagem qualitativa e dedutiva, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa foi conduzida com foco na interpretação crítica das obrigações estatais frente às normas internacionais de proteção humanitária. O método busca compreender os impactos jurídicos da migração venezuelana e a responsabilidade da comunidade internacional diante das violações aos direitos humanos.

### Resultados e Discussão

O êxodo venezuelano revela o enfraquecimento institucional e a violação de direitos fundamentais previstos no Pacto de San José da Costa Rica. A repressão política, a censura e o colapso econômico afrontam os princípios da dignidade humana e do Estado Democrático de Direito. Mais de sete milhões de venezuelanos buscaram

## IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG

---

refúgio em países da América do Sul, exigindo ações humanitárias urgentes. O Brasil, por meio da Operação Acolhida, e a Colômbia, com o Estatuto de Proteção Temporária, implementaram medidas de acolhimento e regularização migratória. Medidas essas, que teve um impacto socioeconômica nas regiões, com geração de empregos e renda. Paralelamente, organizações como a ONU, OEA e ACNUR promoveram missões diplomáticas e tentativas de diálogo com o governo venezuelano, buscando amenizar os impactos sociais e restaurar a estabilidade. Apesar dos esforços, as respostas regionais mostraram-se limitadas diante da complexidade política e da resistência do regime ao apoio internacional.

### **Conclusão**

A crise venezuelana permanece como a mais grave da América Latina desde os regimes autoritários do século XX. Apesar das ações humanitárias e dos programas de acolhimento liderados por países como Brasil, Colômbia e Peru, com apoio da ONU, OEA e ACNUR, o país ainda enfrenta um regime ditatorial sob Nicolás Maduro. A comunidade internacional conseguiu amenizar os efeitos da migração, mas a restauração democrática e a dignidade da pessoa humana ainda não foram alcançadas diretamente na Venezuela.

### **Referências**

- ACNUR. Relatório Global 2024: Situação dos Refugiados Venezuelanos. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BRASIL. Operação Acolhida: resposta humanitária à crise migratória venezuelana. Ministério da Defesa, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida>. Acesso em: 22 out. 2025.
- OEA. Relatório sobre Crimes contra a Humanidade na Venezuela. Organização dos Estados Americanos, Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://www.oas.org>. Acesso em: 22 out. 2025.